

= DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. =

Dr. Sérgio Vilela Pinto, Prefeito do Município de Espírito Santo do Turvo, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Artigo 1\*** - Fica criado junto ao Gabinete do Prefeito Municipal de Espírito Santo do Turvo, o Fundo Social de Solidariedade do Município de Espírito Santo do Turvo, com o objetivo de mobilização da comunidade para atender às necessidades e problemas sociais locais.

**Artigo 2\*** - O Fundo será dirigido por um Conselho Deliberativo, cujos membros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, através de portaria.

**Artigo 3\*** - São atribuições do Conselho Deliberativo:

I - fazer o levantamento das principais necessidades e aspirações da comunidade;

II - levantar recursos humanos, materiais, financeiros e outros mobilizáveis na comunidade;

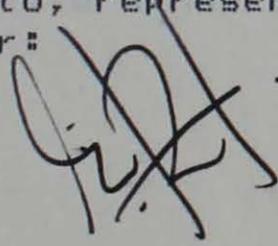
III - definir e encaminhar soluções possíveis para os problemas levantados;

IV - valorizar, estimular e apoiar iniciativas da comunidade voltadas para a solução dos problemas locais;

V - promover articulações e atuar integradamente com unidades administrativas da Prefeitura Municipal ou outras entidades públicas ou privadas.

**Artigo 4\*** - O Conselho Deliberativo será composto de nove a treze membros e presidido pela esposa do Prefeito Municipal, ou por pessoa de sua livre indicação, sendo, obrigatoriamente, um de seus membros, o tesoureiro da Prefeitura Municipal.

**Parágrafo Único** - Comporão o Conselho, a convite do Prefeito, representantes da comunidade, entre os quais poderão se incluir:



a) o Juiz de Direito da Comarca ou sua esposa ou pessoa por ele designada;

b) o Promotor de Justiça da Comarca ou sua esposa ou pessoa por ele designada;

c) dois representantes de entidades religiosas;

d) um representante de entidades sociais ou clubes de serviço do Município;

e) um representante de Órgão de Serviço Social do Município, se houver;

f) um representante dos empregadores;

g) um representante dos empregados;

h) um representante de movimento comunitários;

i) representantes dos empregadores e trabalhadores rurais.

j) um representante da Câmara de Vereadores.

**Artigo 5\*** - O mandato dos membros do Conselho deliberativo será de 2 (dois) anos, renovável a convite, cumprindo-lhes exercer suas funções até a designação de seus substitutos.

**Parágrafo Único** - O Prefeito poderá substituir, temporaria ou definitivamente, os membros impedidos do exercício de suas funções.

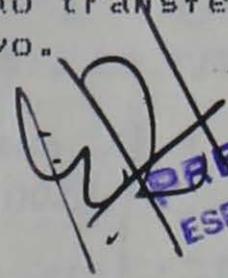
**Artigo 6\*** - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo será exercido gratuitamente e suas funções consideradas como prestação de serviços relevantes ao Município.

**Parágrafo Único** - Extingue-se o mandato dos membros do Conselho ao término da legislatura.

**Artigo 7\*** - Compete ao Presidente do Conselho Deliberativo tomar todas as medidas administrativas, financeiras e orçamentárias para gestão do Fundo.

**Parágrafo Único** - A conta bancária do Fundo será movimentada conjuntamente pelo Presidente e pelo tesoureiro da Prefeitura Municipal, nomeado membro do Conselho Deliberativo, na forma do artigo 4\* desta Lei.

**Artigo 8\*** - O Fundo contará com apoio inicial de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), que serão transferidos pela Prefeitura Municipal de Espírito Santo do Turvo.

  
**PREFEITURA**  
**ESPIRITO SANTO DO TURVO**  
Registrado nesta  
Publicação nº  
1000 nº

**Artigo 9\*** - Constituirão receitas do Fundo Social de Solidariedade do Município:

**I** - contribuições, donativos e legados de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

**II** - auxílios, subvenções ou contribuições;

**III** - outras vinculações de receitas municipais cabíveis;

**IV** - receitas auferidas pela aplicação no mercado de capitais;

**V** - quaisquer outras receitas que lhe possam ser destinadas.

**Parágrafo Único** - Todos os recursos destinados deverão ser contabilizados como receita orçamentária municipal e a ele alocados através de dotações consignadas na lei orçamentária ou de créditos adicionais, obedecendo sua aplicação às normas gerais de direito financeiro.

**Artigo 10** - O Conselho Deliberativo emitirá, mensalmente, um balancete demonstrativo da receita e da despesa do mês anterior.

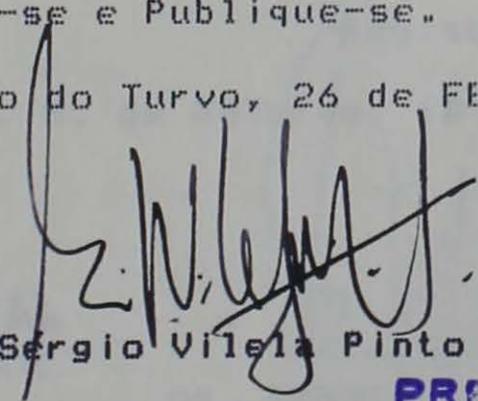
**Artigo 11** - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), para custeio dos encargos iniciais do referido Fundo, ao elemento da despesa - 3132 - "Outros serviços e encargos";

**Parágrafo Único** - O Crédito autorizado no artigo anterior será coberto com a anulação de outras dotações orçamentárias, mediante decreto, até atingir o valor do crédito especial.

**Artigo 12** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

P. M. de Espírito Santo do Turvo, 26 de FEVEREIRO de 1.993.

  
Dr. Sérgio Vilela Pinto  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL**  
**ESPIRITO SANTO DO TURVO - S.P.**

Registrado nesta Secretaria sob nº  
010, de 002, de 19 05  
Publicado no jornal "DEBATE"  
Edição nº 622 de dia 21/03/93  
IVAN SERGIO DE CARVALHO  
Secretário Municipal de